

“Será a vitória de toda a Nação”

A íntegra do preâmbulo da mensagem presidencial ao Congresso é a seguinte:

“Senhores membros do Congresso Nacional,

Cumpro com honra e orgulho o dever constitucional de prestar contas do trabalho do governo, ao Congresso Nacional e à Nação, no instante em que se instala a presente sessão legislativa.

Esta casa é a instituição maior da democracia. Nela se realiza a mais importante participação da sociedade nas decisões de governo, condição indispensável para que o Estado, no interesse do corpo social que lhe dá sentido e existência, cumpra suas finalidades.

Devolvido ao exercício de seu papel, o Congresso Nacional tem hoje participação vital na consolidação da democracia. A começar pela própria dignificação do instrumento da representação popular.

A Nação está em paz. Busca a prosperidade e desfruta a liberdade sob o império da lei. As instituições nacionais cumprem o seu papel. Os poderes da República, harmônicos e independentemente constituídos, asseguram e garantem os direitos de todos.

Convivemos pacificamente com naturais divergências, respeitando a autodeterminação dos povos. Resguardamos nossa soberania, preservamos nossos interesses.

A opinião pública manifesta-se sem restrições. Respira-se liberdade. Vivemos num processo fecundo e intenso de mudanças e ajustamentos, garantidas a livre iniciativa e a promoção do bem-estar. Refreamos abusos, respeitamos o direito. A opção social, solenemente proclamada e diariamente exercida, constitui, mais que dever, um compromisso. Estamos lutando para erradicar a miséria e para abrandar disparidades. Há solidariedade social em torno das aspirações comuns, há unidade de objetivos na diversidade de propostas.

Há o desejo de mudar e o esforço consciente de fazê-lo, mantendo a harmonia na convivência entre classes e preservando a estabilidade política e institucional. Há pluralismo e entendimento, há liberdade. Cultivamos valores da democracia representativa, estimula-se a prática da democracia participativa. O Estado assiste os carentes, protege os fracos, esforça-se na promoção do bem comum. Há atividade nas escolas, liberdade nos sindicatos, tranquilidade nos lares, operosidade nas fábricas e nos campos. Há esperança para os jovens, estabilidade para os adultos, expectativa para as crianças e garantia para os anciãos.

Alarga-se a fronteira agrícola, cresce a produção de alimentos, corrigem-se injustiças no campo mediante reforma agrária pacífica e democrática. Ampliam-se os benefícios da previdência social. Exploram-se racionalmente os recursos naturais, investe-se no aprimoramento de recursos humanos, preserva-se o equilíbrio ecológico, aperfeiçoam-se instrumentos de defesa do consumidor.

Elevamos a participação dos salários no conjunto da renda nacional. Estimulamos a pesquisa científica, preservando nossa identidade. Amparamos as artes, fomentamos a cultura, reservamos nosso mercado para os setores incipientes da economia nacional. Combatemos o desemprego, asseguramos o desenvolvimento, aumentamos a produção e expandimos o consumo.

Realizamos eleições livres, com milhões e milhões de eleitores, convocamos a Constituinte, e preparamos, com a próxima eleição de seus integrantes, plena restauração democrática.

Este é o governo da Lei, sob o primado da Justiça.

Assumi o governo em instante dramático, em que a adversidade, a frustração fizeram-se imagem dolorosa no padecimento e morte de Tancredo Neves. Vivemos momento difi-



Foto Sérgio Borges - Telefoto Estado

“A persistente espiral inflacionária, condicionada por fatores estruturais e agravada por outros”

cil, de ocaso da esperança renascida, quando o desamparo pareceu abater-se sobre o País emocionado e temeroso.

A Nação e este Congresso são testemunhas das condições dramáticas que tive de enfrentar. Não busquei o poder, mas dele investido não descurei jamais de meus deveres e responsabilidades, do exercício sereno de minhas prerrogativas.

Companheiro de jornada cívica do inesquecível presidente Tancredo Neves, encontrei no convívio que então se estreitou exemplo de ponderação, equilíbrio e da maneira estoica como sempre encarou a missão que a história lhe reservara. Recolhi os testemunhos de sua grandeza, os ensinamentos de sua experiência e fiz-me cumpridor voluntário de seus compromissos.

“A inflação não é apenas o mais injusto dos tributos que se cobra de toda a sociedade indistintamente. É, sobretudo, inominável iniquidade contra os que não têm meios de defender-se de seus efeitos”

No trilhar desse caminho generosamente aberto pela capacidade de entendimento e conciliação dos políticos que somos, o Congresso Nacional assumiu plenamente suas responsabilidades. A ação dos partidos foi decisiva para marcar os limites amplos da democracia restaurada. Quer pelo restabelecimento da liberdade de organização partidária, quer pela devolução da autonomia municipal, ampliação da anistia, aprimoramento da legislação eleitoral, concessão do direito de voto aos analfabetos.

Reintegrado em suas prerrogativas, o Congresso contribuiu de forma

decisiva para materializar o processo de mudanças. A reforma da legislação fiscal, no sentido de torná-la mais justa; a regulamentação de emenda constitucional que ampliou significativamente os recursos públicos destinados à educação; a expressão da solidariedade dos partidos à reforma agrária que estamos empreendendo são testemunhos eloquentes e definitivos de que o Congresso retomou seu papel de liderança na vida política brasileira.

Ressalto, especialmente, dois aspectos fundamentais de meu governo: o cumprimento dos compromissos de mudança do programa da Aliança Democrática e a superação definitiva das incertezas do passado que marcaram, de forma profunda e dramática, o alheamento entre Estado e Nação, governo e sociedade, poder e cidadãos.

Para esse reencontro, está sendo fundamental a postura de probidade adotada pelo governo. Mais que um simples preceito, probidade é o princípio ético de que não se afasta, no exercício de suas funções, o governo da Nova República. Os padrões de escrupuloso respeito ao interesse coletivo e ao patrimônio público contribuíram sem dúvida para que pudéssemos atingir resultados promissores na repressão de abusos e fraudes, na prevenção do uso ilegítimo e arbitrário da função pública. O governo não só exige, o governo impõe austeridade no seu próprio desempenho. E com esses recursos que enfrentamos os desafios obstáculos com os quais ainda nos deparamos.

A opção social prioritária marca a meta do futuro. A ação presente e a luta pelo reajustamento econômico: uma economia mais justa, mais eficiente, mais forte. Busca-se atingir ao mesmo tempo três objetivos aparentemente inconciliáveis mas perfeitamente factíveis: manter o desenvolvimento, combater a inflação e eliminar a intromissão indevida do Estado na economia. Além de, no plano externo, renegociar as dívidas sem manchar a soberania nacional. Metas de tal abrangência não se atingem, obviamente, sem sacrifícios. Sacrifícios, no entanto, que não recaem sobre os mais pobres, nem impedem a progressão da classe média.

A persistente espiral inflacionária, condicionada por fatores estruturais e agravada por outros que emergem conjunturalmente está sendo atacada simultaneamente em todas as frentes.

“Fui obrigado ontem, na defesa da segurança econômica do País, a decretar as medidas mais graves do meu governo, criando uma nova moeda, extinguindo a correção monetária generalizada, congelando os preços e tomando outras providências de profundidade.”

Temos que reconhecer, porém, que ao lado desses fatores enfrentamos também dificuldades internas, as quais sempre se debitaram à tibiaza do governo no combate à inflação. A causa mais freqüente apontada era, sem dúvida, a persistência do déficit público, cujo financiamento alimentou o processo de expansão dos índices inflacionários. São conhecidos de toda a Nação os resultados obtidos: foi possível contê-los em níveis aceitáveis em 1985 e deter seu crescimento nos dois primeiros meses de 1986. Coragem não nos faltou, inclusive com as tão importantes medidas da criação do orçamento único e da centralização de emissões monetárias. E, destaque-se, conseguimos fazê-lo sem abdicar do crescimento econômico, do aumento do emprego, da redistribuição da renda.

A inflação não é apenas o mais injusto dos tributos que se cobra de toda a sociedade indistintamente. É, sobretudo, inominável iniquidade contra os que não têm meios de defender-se de seus efeitos. Esta é a razão principal por que o esforço de contenção inflacionária, visando a assegurar estabilidade do processo do crescimento, é também preocupação social.

Fui obrigado ontem, na defesa da segurança econômica do País, a decretar as medidas mais graves do meu governo, criando uma nova moeda, extinguindo a correção monetária generalizada, congelando os

preços e tomando outras providências de profundidade.

Dada a natureza sigilosa da medida e suas repercussões na economia, usei da prerrogativa constitucional do decreto-lei. Essas medidas visam a combater a inflação, que se transformou no maior inimigo do País, chegando a índices que podiam fugir a qualquer controle e destruindo a sociedade, punindo os mais pobres, os assalariados.

Tenho a consciência tranquila de que o fiz no interesse do País, com a coragem que não pode estar ausente nas decisões maiores.

Devo, contudo, salientar que o sucesso que nisso obtivemos, senhores congressistas, não será êxito pessoal do presidente da República, triunfo do governo. Será vitória de toda a Nação.

O ano de 1986 é decisivo para consolidar o muito que alcançamos no que toca à conciliação nacional, através de pacto político e social, livre e soberanamente convencionado pelos representantes do povo brasileiro, na Assembleia Nacional Constituinte. O projeto de institucionalização democrática de regime politicamente estável, economicamente próspero e socialmente justo, é a base fundamental para que possamos cimentar o caminho do futuro, neste limiar do novo século.

Nossas dificuldades, senhores congressistas, são superáveis, removíveis. Construímos uma sociedade tolerante, democrática, pacífica e vo-

“Toda crise traz em si também sementes de esperança. Unidos — partidos, Congresso, tribunais, povo e governo — e com a ajuda de Deus, transformaremos essa pequena fonte num rio perene, feito de liberdade, trabalho e justiça social.”

cacionada para o progresso. A expressão material com que contamos não se avalia apenas pelas condições que temos de enfrentar os efeitos das crises externas, na medida em que quase 90 por cento de nossa produção volta-se para o mercado interno e em que porcentagem quase igual de todo o nosso produto é oriunda de insumos, bens e matérias-primas daqui extraídas elaboradas e beneficiadas.

Nossa pauta de exportação é hoje extremamente diversificada; a ampliação de nossa presença no mundo não se evidencia só pela expressão política de nossa importância, nem pela expressão econômica de nosso comércio; mede-se, também, pela capacidade de exportar técnicas e serviços e gerar tecnologias adequadas à exploração racional do potencial de recursos naturais.

A coerência de nossa diplomacia, respeitando o direito internacional e aspirando à paz e à democracia; favorece, sem dúvida, a multiplicação de nossa presença no cenário internacional. Não há, aliás, no mundo de hoje, poder sem sua vertente externa. E o fim do século, nesse sentido, abre novas perspectivas para o Brasil e outras nações emergentes, quer nas conversações Norte/Sul, quer nas Leste/Oeste. O diálogo entre os países ricos do primeiro mundo e aqueles em vias de conquistar afluência econômica, estabilidade política e a harmonia social, será tão mais justo quanto maior for a capacidade política de enfrentarmos, com a arma de nossa potencialidade e esforço de desenvolvimento do poder mundial. A interdependência entre as nações será fato tão mais palpável quanto maior for sua capacidade de desenvolver novas técnicas, buscar recursos alternativos e manter expectativas de desenvolvimento para toda a sociedade e não apenas para parte dela.

Senhores congressistas, Neste país não há lugar para pessimismo, não há lugar para derrotismo. Estamos vencendo dificuldades, superando obstáculos. Estamos ultrapassando desafios. Na busca do futuro, a paz social é condição do êxito da disputa política e consequência da estabilidade institucional. Vamos modernizar o Brasil, aprimorar suas instituições, ampliar os direitos do cidadão e tornar mais justa a sociedade. Esse é nosso objetivo comum, a despeito da diversidade de soluções que possamos preconizar, da pluralidade democrática que devemos cultivar. O Brasil vai dar certo.

Desejo prestar minha reverência ao trabalho do Congresso Nacional, por seu intermédio, ao povo brasileiro que nos empresta apoio na tarefa árdua de um governo de transição e conciliação política e de luta pelas reformas sócio-econômicas. Congresso e povo que se unem ao governo nessa luta que levamos a cabo com o mandato que recebemos, em meio ao mais dramático quadro já vivido pelo País.

Esse apoio não é apenas condição de êxito. É a única forma pela qual o País poderá utilizar plenamente suas potencialidades naturais e humanas, realizar seu projeto de esperança, de ser um lugar de paz no mundo de amanhã.

Os senhores são os depositários da vontade de todo o País, que se volta para o interesse coletivo antes que para os particularismos que formam o cotidiano da vida política. Temos de enfrentar os numerosos desafios que se erguem em nosso caminho e sei que este é também o entendimento de vossas excelências, que representam o povo brasileiro.

Toda crise traz em si também sementes de esperança.

Unidos — partidos, Congresso, tribunais, povo e governo — e com a ajuda de Deus, transformaremos essa pequena fonte num rio perene, feito de liberdade, trabalho e justiça social”.